

-Sinal de amadurecimento-

EM outros tempos, qualquer sinal de turbulência no horizonte político brasileiro seria suficiente para que os credores estrangeiros se retraíssem — e pouco importava o estágio que eventualmente se tivesse alcançado nas negociações da dívida externa. Foi o que aconteceu, por exemplo, em janeiro de 1985 (pouco antes da eleição indireta de Tancredo Neves), quando o Brasil esteve prestes a assinar um bom acordo com os bancos. Ou em 1989, ainda durante o Governo Sarney.

DESTA vez, o comportamento dos credores tem sido diferente. Todas as etapas estabelecidas no cronograma de negociação foram cumpridas, independentemente do agravamento da crise política no Brasil. E agora acaba de ser redigida a minuta do acordo — o term sheet, que transpõe para a linguagem jurídica as bases do entendimento acertado com o comitê de bancos em julho passado. E esse term sheet que será submetido à apreciação do Senado, para em seguida esperar a adesão da grande maioria dos credores estrangeiros.

NA verdade, não foram apenas os credores que passaram a

ter outro tipo de comportamento. O Brasil também mudou, seja especificamente à mesa de negociações, seja do ângulo político-institucional. A coerência marcou a atuação dos negociadores brasileiros, que tinham como missão buscar uma solução duradoura e não apenas de curto prazo. Dessa forma, o prazo de rescalonamento foi estendido para 30 anos — o vencimento da dívida estava concentrado num período de apenas quatro anos — durante o qual os bancos só poderão cobrar juros fixos, caso não aceitem reduzir de mais de um terço o estoque de endividamento.

QUANDO do anúncio das bases desse acordo, os juros no mercado financeiro internacional estavam em fase excepcionalmente baixa, o que provocou reações internas contrárias à proposta brasileira de pagamento de taxa fixa. A turbulência ocorrida nas últimas semanas nos mercados cambiais e monetários da Europa mostrou, no entanto, como é importante para o Brasil buscar regras de longo prazo para a dívida.

OS negociadores brasileiros tinham do outro lado da mesa banqueiros experientes, acostumados a exaustivas e desgas-

tantes reuniões. De nada adiantaria insistir com discursos demagógicos ou propostas ingênuas. Era preciso tirar proveito de todos os trunfos existentes, e isso foi feito. O pagamento dos juros atrasados restantes pelo Brasil ficou, por exemplo, condicionado à elaboração do term sheet, o que explica também o fato de os bancos terem seguido quase à risca o cronograma da renegociação.

O ACORDO, de certo, não seria possível se o desenrolar da crise política ocorresse num clima de desrespeito às leis do país. Ao contrário, as instituições políticas e jurídicas do Brasil têm revelado um amadurecimento surpreendente para os banqueiros, que acompanharam a história recente do país. Houve, assim, fatores convergentes — a credibilidade do devedor e o interesse do credor em resolver a situação — contribuindo para uma solução mutuamente vantajosa. Ela surge, acompanhada de outras notícias positivas vindas do exterior, como o anúncio da retomada dos investimentos japoneses, no momento certo. A economia nacional estava precisando dessa injeção de confiança — quase uma promessa de que há vida depois da crise política.